

***O PANORAMA* E A MODERNIZAÇÃO DO JORNALISMO EM PORTUGAL: PAPEL POLÍTICO DO PRIMEIRO JORNAL ENCICLOPÉDICO ILUSTRADO PORTUGUÊS - 1837-1844**

THE *PANORAMA* AND THE MODERNIZATION OF PORTUGUESE JOURNALISM: POLITICAL ROLE OF THE FIRST ILLUSTRATED ENCYCLOPEDICAL PORTUGUESE NEWSPAPER- 1837-1844

João Lourival¹

Envio: 07 mar. 2012.

Aceitação: 16 mar. 2012.

RESUMO

O Panorama foi o principal periódico enciclopédico ilustrado português da primeira metade do século XIX. Surgiu em um momento de grandes transformações no país e no próprio jornalismo, graças ao triunfo liberal na guerra civil e à propagação do romantismo. Publicado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, esse periódico foi criado para, nos termos dos estatutos, promover a “instrução dos conhecimentos úteis”, tendo-lhe sido proibido intrometer-se na “polêmica política”. Pioneiro no seu gênero, foi, todavia, classificado por Tengarrinha (1989, p. 175), laconicamente, entre os jornais que tiveram um papel político. Por quê? Este trabalho visa, precisamente, a tentar perceber, por meio da análise do discurso, as razões que levaram o principal historiador da imprensa periódica portuguesa a classificar *O Panorama* entre os jornais de “alcance político” e aferir a justiça dessa classificação.

Palavras-chave: História do jornalismo. Portugal. Século XIX. *O Panorama*. Política.

ABSTRACT

O Panorama was the main Portuguese encyclopedic illustrated journal of the first half of the 19th century. This magazine was published at a time of change for the country and for journalism, thanks to the liberal triumph in the civil war and to the spread of romanticism. Published by the Society for the Dissemination of Worthwhile Knowledge, this magazine was created for, according to its statutes, to promote the “instruction of useful knowledge”. The journal was forbidden to interfere in “political controversy”. A pioneer in its kind, was, however, classified by Tengarrinha (1989, p. 175) among the journals that had a political role. This work aims to understand, through discourse analysis, the reasons why the leading historian of the Portuguese periodical press has classified *O Panorama* among the

¹ Jornalista, mestre em jornalismo (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal), doutorando em ciências da informação-jornalismo (Universidade Fernando Pessoa), empresário do setor da comunicação social. E-mail: <joaolourival@hotmail.com>.

journals that had a political role. It is argued that this journal had in fact a political role, but this role was contained and limited to the issues and arguments that could be connoted with the general interest of the nation.

Keywords: History of Journalism. Portugal. 19th century. *O Panorama*. Politics.

O Panorama foi o primeiro jornal enciclopédico ilustrado português, alinhado com os periódicos do mesmo tipo que proliferavam na Europa e em outros pontos do mundo. Lançado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, congeminado em 1837, no período subsequente ao triunfo liberal na guerra civil de 1828-1834 e à revolução de Setembro de 1836, *O Panorama* se beneficiou das conquistas cívicas liberais e do espírito setembrista, favorável à democratização do acesso à informação e à cultura, no quadro de um processo de formação de cidadãos cultos (restritos censitariamente, no entanto, a quem fosse livre – ou seja, tivesse suficiente riqueza), capazes de intervir no processo decisório nos termos ditados por uma Constituição (v. RAMOS *et al.*, 2009, p. 512-13). Tinha um formato sensivelmente A4 (18 x 27 cm) e oito páginas. O texto surgia diagramado a duas colunas, em caracteres Roman clássicos. Os primeiros números de cada volume anual tinham frontispício, mas os restantes não, pois o periódico foi concebido para ser colecionado sob a forma de fascículos. Apenas se indicava o número, o título da revista, o volume e a data da publicação (Fig. 1). Era distribuído por todo o Portugal, mas também no Brasil, possuindo desde a fundação, conforme revelam as informações apenas no primeiro número, correspondentes no Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Maranhão e Pernambuco.

O primeiro número d’*O Panorama* foi lançado no dia 6 de maio de 1837. O periódico publicou-se ininterruptamente até 28 de dezembro de 1844, ao longo de duas séries. A primeira série inicia-se a 6 de maio de 1837 e dura até o número 243, datado de 30 de dezembro de 1841. A segunda inicia-se a 1.º de janeiro de 1842 e dura até 28 de dezembro de 1844 (n. 157 da segunda série), sem interrupção na publicação da primeira para a segunda série, em um total de 400 números. Apesar das infraestruturas aparentemente sólidas - o periódico tinha, inclusivamente, tipografia própria, que segundo Tengarrinha era “uma das mais bem apetrechadas do país”.

Figura 1 – Primeira página de um número d’*O Panorama*.



(1989, p. 190) -, a publicação d’*O Panorama* foi interrompida em 1844 e a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis dissolveu-se no ano seguinte. Mais tarde, o jornal ainda teria mais três séries, mas sob a responsabilidade de empresas e não de uma organização filantrópica como a referida sociedade.

A quem se dirigia *O Panorama*? O escritor, historiador e político Alexandre Herculano, seu primeiro diretor, considera que seria ambição do jornal interessar a toda a gente, “até aos últimos degraus da escala social”:

Neste estado [...] da ilustração e do progresso, o que mais importa é o [...] introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução, porque este é o espírito do nosso tempo, e porque esta tendência é generosa e útil. Mas como se dilataria

a instrução, como se faria descer a variada ciência até aos últimos degraus da escala social [...] Que é [...] necessário fazer para que seja satisfeita a necessidade de generalizar a instrução [...] A solução deste problema encontra-se [nos] jornais de instrução popular. (HERCULANO, 1837a, p. 1).

O Panorama apresentou-se, publicamente, como um jornal que seguia o modelo britânico da *Penny Magazine*, uma revista cuja denominação – *magazine* –, à maneira dos grandes armazéns onde se vendia de tudo um pouco, prometia que nela se falaria de tudo um pouco. Porém, segundo as palavras de Herculano, foi preciso mudar a orientação editorial do periódico a partir de 1838, pois o modelo da *Penny Magazine*, assente apenas em vários artigos extensos, não teria receptividade em Portugal, já que não interessaria a toda a espécie de leitores que *O Panorama* queria cativar:

Quando este jornal começou a aparecer, nada mais era, quanto à forma, do que uma imitação do *Penny Magazine*, do qual também o são todos os jornais populares publicados na Europa. [...] Em Inglaterra, [porém] um jornal que contém quatro ou cinco artigos escritos com atenção e oferecendo matérias graves, severamente tratadas, louvam-no e leem-no; em Portugal, louvam-no, mas poucos o leem. Entre nós, é preciso que o agradável conduza [...]. É preciso que o escritor não só tenha boa consciência, mas também que esta seja risonha. [...] Sem nos enganarmos com o aumento da extração do *Panorama*, [...] julgamos dever alterar o sistema [...] na redação e disposição do jornal, porque sendo nosso objeto instruir, deleitando no maior grau possível, isto melhor se poderia alcançar seguindo em parte um novo trilho. [...] *O Panorama* conterá doravante duas partes [...]. A primeira destinada aos artigos mais extensos, e relativos [...] a todos os [...] objetos graves e importantes; a segunda conterá artigos breves e variados, e de menos monta. (HERCULANO, 1838a, p. 1).

Assim, em uma estrutura que se manteve até 1844, *O Panorama* passou a segmentar e organizar os conteúdos em duas grandes áreas. Uma primeira abrangia textos sobre agricultura, arqueologia, belas-artes, economia, educação, filosofia, história, literatura, tecnologia e outros temas “graves”, conforme o termo empregue por Herculano. Uma segunda área incluía as matérias “risonhas”, ou seja, os “artigos

breves e variados, de menos monta”. Nela se incluíam as lendas, as anedotas históricas, a economia doméstica, problemas linguísticos e um sem fim de outros assuntos. Neste aspecto, corporiza um movimento transformador do jornalismo português, que se começava a afastar dos exaltados pasquins partidários vintistas, muito bem caracterizados por Sodré:

Eram vozes [...] bradando em altos termos e combatendo desatinadamente pelo poder que lhes assegurasse condições de existência compatíveis ou com a tradição ou com a necessidade. Não encontrando a linguagem precisa [...], a norma política adequada aos seus anseios, e a forma e organização a isso necessárias, derivavam para a vala comum da injúria, da difamação [...]. Não podiam fazer uso de outro processo porque não o conheciam [...] num meio em que a educação [...] estava pouquíssimamente difundida [...], em que os que sabiam ler não tinham atingido o nível necessário ao entendimento das questões públicas e em que os que haviam frequentado escolas superiores se deliciavam em estéril formalismo [...], a única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria. (SODRÉ, 1999, p. 157).

Ora, nos termos dos artigos 45 a 49 dos Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, o periódico deveria restringir-se a promover a “instrução dos conhecimentos úteis”, tendo-lhe sido proibido intrometer-se na “polêmica política”. Pioneiro no seu gênero em Portugal, *O Panorama* foi, todavia, classificado pelo principal historiador da imprensa periódica portuguesa, José Tengarrinha (1989, p. 175) entre os jornais que tiveram um papel político. Tengarrinha (1989, p. 175) é lacônico na sua explicação: apenas registra que o periódico “não deixava de abordar [...] as questões sociais e políticas”.

Este trabalho visa a tentar perceber, por meio de uma análise qualitativa do discurso d’*O Panorama*, baseada na proposta de Sousa (2004; 2006, p. 352-74) de recolha sistemática de exemplos suscetíveis de responder às questões a serem investigadas, qual foi o papel do periódico na transformação do jornalismo português e na disseminação social de conhecimentos e, em particular, as razões que levaram o Tengarrinha a classificá-lo entre os jornais de “alcançe político” e aferir a justiça dessa classificação.

Intervenção política d’o *panorama*

Entre 1837 e 1844, *O Panorama* viu formarem-se e desaparecerem oito governos e várias conspirações e revoltas. Mas a agitada vida política e militar do país está algo estranhamente – ou talvez não, caso se considere o valor do apolitismo partidário apregoado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis – ausente das páginas do jornal. No entanto, conforme se nota no excerto de texto seguinte, os redatores d’*O Panorama* não hesitavam em direcionar recomendações ao governo, quando em causa estava o que se poderia considerar como o “interesse público” (para o caso, a extensão da rede de escolas públicas). O excerto abaixo é interessante porque a intervenção d’*O Panorama* é civicamente alicerçada no interesse dos contribuintes. Para um liberal oitocentista português, a condição de contribuinte seria a determinante fundamental para se arrogar o direito de interferir nos negócios públicos (o próprio voto, reservado aos indivíduos do sexo masculino, era, também, censitário):

Quem pode pôr remédio a tamanho mal [da falta de instrução]? O governo, que tem obrigação de estabelecer, em todos os concelhos, escolas, onde se ensine mais alguma coisa ao povo do que a ler e a escrever mal [...]. Paga o povo miúdo quase todos os impostos, ou directa ou indirectamente, seria por isso justo que em proveito dele se despendesse alguma coisa. A instrução é hoje uma das primeiras necessidades. Despenda-se, portanto, uma porção do rendimento público com a instrução popular. Persuadam-se os regedores dos povos que uma nação que não está *a par do seu tempo* é forçosamente uma nação miserável. (HERCULANO, 1838b, p. 316).

Sem destinatário pessoal, criticando, transversalmente, toda a classe política, ou apelando a toda ela no seu conjunto, o discurso d’*O Panorama* não terá, pelo que se vê acima, beliscado o poder, até porque o periódico não afetava em concreto quem era poder em um momento determinado. Esse fato ajuda a explicar por que razão os governos apoiaram ou, pelo menos, consentiram o periódico, que, além do mais, destinava-se, predominantemente, a propagar conhecimento e a democratizar o acesso à cultura e não a estabelecer doutrina, arregimentar partidários e fazer política partidária.

São vários os exemplos em que, n’*O Panorama*, criticam-se (todos) os políticos e a política, nomeadamente a propósito do estado calamitoso da educação em Portugal. Alexandre Herculano, sustentado pela autoridade moral que possuía, foi um dos que o fez:

É tão árida e espinhosa a política, e acaso tão falsa a maior parte das vezes, que nos custa, em verdade, o falar dela. [...] Não passaremos [...] avante sem apontarmos o que nos parece ser a causa de grande parte dos males públicos – um erro comum dos nossos políticos. [...] Onde vai, pois, o erro? Em andar a política do *envez*: em se estudar a ciência de administrar e reger os povos sinteticamente e aplicar-se analiticamente. [...] E era isto o que se devia ter feito? Ousaremos dizer que não. Deviam ter-se analisados todos os fatos sociais do país e desta análise chegar a uma síntese – a um corpo geral de doutrina política e aplicar esta [...].

Mas para que veio isto aqui? Para que nos empregámos – nós profanos – no brejo aridíssimo da misteriosa política? Porque nos parece que se o método apontado se houvera seguido, ter-se-ia achado que em lugar de se querer aniquilar o passado [...], mais avisadamente andaríamos se atendêssemos ao futuro. (HERCULANO, 1839, p. 67).

O Panorama tinha, pois, *ação política*, exercida em nome daquilo que os seus redatores considerariam o bem comum da nação. Veja-se, por exemplo, como a extinção das ordens religiosas agrárias e beneficentes, provocada pelo radicalismo vintista de Joaquim António de Aguiar, apelidado Mata-frades (a sua lei de 30 de maio de 1834 extinguiu conventos, mosteiros e outras propriedades das ordens religiosas, cujos bens foram alienados em favor do Estado e revendidos a particulares ricos alinhados com a nova ordem liberal), foi criticada civicamente pel’*O Panorama*, que, pela mão de Herculano, não hesitou em condenar – transversalmente – (todos) os políticos que, isolados nos seus gabinetes, decidiam contra o sentimento do povo (na verdade, arredado, pelo voto censitário, da esfera das decisões políticas):

Nós, que assistimos à supressão de uma parte dos velhos mosteiros [...] e que vimos as lágrimas do povo que neles encontrava os socorros na doença e o pão na decrepitude não sabemos se aquelas lágrimas mentiam, se mentem as teorias dos políticos que escrevem no silêncio do seu gabinete. O que é certo é que todos os argumentos econômicos que se

hajam de fazer contra a existência das ordens monásticas, e que com mais propriedade poderíamos chamar sociedades agricultoras, vão ferir, talvez com mais força, os senhores das terras, os proprietários opulentos. Do que estamos seguros é de que estas nossas reflexões merecerão apenas um sorriso desses homens de espírito subido, para quem tem mais força um epigrama francês ou inglês acerca da superstição do que uma boa razão portuguesa, que sirva de defender-nos dos escárnios mesquinhos de estrangeiros ignorantes das nossas coisas. (HERCULANO, 1837b, p. 212).

Outro ponto do texto anterior merece atenção. É uma das raras passagens d'*O Panorama* em que, em vez de se apelar ao exemplo europeu, lembra-se que nem sempre as ideias e exemplos que vêm de fora são aqueles que melhor servem aos portugueses.

A proteção dos monumentos nacionais foi, efetivamente, uma causa, aberta pela transição do neoclassicismo para o romantismo (conforme se nota, aliás, no excerto de texto seguinte), cara a vários dos redatores d'*O Panorama*. Exortados, logo no primeiro número, pelo repto indignado e inconformado de Alexandre Herculano, em nome, subentende-se, do “interesse nacional” – e para que a restante Europa (sempre motivo de comparação) não acusasse os portugueses de barbarismo, tantas as afrontas ao patrimônio do país – os redatores do periódico procuraram exercer, civicamente, uma ação política pela proteção dos monumentos nacionais, em nome da defesa dos intuídos interesses coletivos da nação:

No nosso país, os monumentos de estilo gótico têm sido assaz desprezados e até a barbaridade e a ignorância lhes têm feito uma guerra cruel. [...] Apenas uma ou outra catedral, um ou outro mosteiro, conserva as formas da sua arquitetura primitiva. [...] Para salvar o que ainda resta, cumpria que o governo e as municipalidades vigiassem pela conservação destes monumentos e pudessem proibir estas bárbaras demolições. Na Inglaterra e na França seriamente se cuida em conservar e reparar esses edifícios, que são como a história da inteligência e da grandeza do país e que talvez em breve serão modelo para os artífices, quando de todo acabar o preconceito de que em artes só o grego e romano é belo; quando se persuadirem que os hábitos, as opiniões e as crenças de uma nação devem estar em harmonia com os seus monumentos. (HERCULANO, 1837c, p. 2).

O mais sentido e intenso brado de Herculano – que usa *O Panorama* como o seu púlpito político – a favor da conservação dos monumentos nacionais talvez seja o texto que, reproduzindo a estilística romântica, este pensador escreve nos números 69 e 70 do segundo volume do periódico. Nesse texto, Herculano justifica a sua *intervenção política e cívica*, por meio do palco insuspeito d'*O Panorama*, em nome *das gerações futuras*. O seu objetivo, ainda que não expresso, é o de influenciar a governação e despertar o sentimento preservacionista entre os cidadãos. Alinhando o diapasão pelo tom de textos anteriores, para além de criticar, *transversalmente*, os decisores políticos carreiristas por sua falta de visão, relembra Alexandre Herculano o valor histórico e patrimonial, cultural, dos antigos monumentos e também sugere, inovadoramente, que o patrimônio edificado antigo pode ter valor econômico e turístico:

É contra o espírito destruidor desta geração [...] que erguemos a voz [...] em favor dos monumentos da história, da arte e da glória nacional, que todos os dias vemos desabar em ruínas. Aceitamos desde já o sorriso dos economistas, dos reformadores e dos caiadores do passado; retribuimos-lhes com outro, e encarregamos aos nossos netos o decidir qual destes sorrisos deixou estampada a infâmia nos lábios por onde passaram.

[...]

Se com a nossa incúria e raiva assoladora desmentimos o passado, para desmentir tudo, até falseamos a índole do presente. É a economia a ciência do nosso tempo: todos falam em capitais, em indústria, em riquezas sociais, em valores. Mas que serão os velhos edifícios [...]? São [...] uma riqueza social! [...] Um monumento, recomendável como objeto de arte, é um capital reprodutivo. Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal [...]. Certo que [...] é [...] para admirarem [...] tantas obras-primas de arquitetura que encerra este cantinho do mundo. E dizei-nos: credes que o estrangeiro alcança o fim da sua peregrinação sem despende muito ouro? [...] E falais de economia política [...] e aniquilais o capital dos monumentos? (HERCULANO, 1838c, p. 266-68, 275-77).

Herculano propõe, pois, uma espécie de condenação simbólica dos demolimaníacos, uma “vingança pública”, segundo as suas próprias palavras, sintomaticamente exercida por meio dos jornais, que serviriam ao mesmo tempo para propagar esta condenação e de fonte documental para que as gerações

futuras, em cujo julgamento crítico Alexandre Herkulano cria, soubessem os nomes de quem atentou contra o patrimônio monumental do país:

Quiséramos que todos os homens que têm um coração português fizessem uma associação cujos membros estivessem espalhados por todo o reino. Que os residentes em Lisboa formassem uma espécie de junta, à qual os das províncias, logo que à sua notícia chegasse a demolição de algum monumento da história ou da arte, remetessem uma breve nota, indicando as circunstâncias do edifício destruído e o nome do arrasador, quer este fosse autoridade pública, quer fosse algum particular. Quiséramos depois que essa breve nota, sem reflexões, sem afrontas, se legasse à posteridade, em todos os jornais, para que esta fizesse a devida justiça. Nenhuma lei proíbe que se narre singelamente um fato que o século julga indiferente; ninguém, portanto, se poderia queixar de semelhante publicação. E quanto aos vindouros, que importam as suas maldições ao que não cura nem da arte, nem do passado, nem do futuro, nem da glória nacional, nem da memória dos seus avós, nem dos sepulcros, nem das tradições, nem sequer, enfim, dos interesses materiais que resultam e hão de resultar da conservação dos monumentos? Nada, e por certo eles ririam dessa vingança pública; mas talvez seus filhos e netos não rissem [...]. (HERCULANO, 1838c, p. 277).

Em um momento em que o palco político se transferia decisivamente para o espaço simbólico dos jornais, eis, a seguir, outro texto em que, por vezes com o apoio de elucidativas metáforas (“os monumentos [...] são os documentos da história de uma nação”) e outras justificativas (“século ávido de ciência”), manifesta-se a *ação política* d’*O Panorama*. O pretexto foi a constituição de uma organização filantrópica a favor da conservação do patrimônio histórico edificado nacional:

Os monumentos [...] são os documentos da história de uma nação, ou para melhor dizer, são essa mesma história, [...] estão continuamente dando lições do passado e indicando o presente. [...] Parece impossível que à vista destas considerações haja quem se atreva, no presente século, tão ávido de ciência, a demolir ou desfigurar [...] um monumento [...]. Organiza-se atualmente uma sociedade, composta por pessoas de várias hierarquias sociais, que toma a seu cargo salvar as relíquias dos monumentos portugueses. [...] Os grandes

edifícios nacionais estão salvos [...]. Oxalá que os governantes tenham meios e vontade para preservar [...] esses [...] adornos do território português. Todos os governos civilizados mostram igual empenho [...]. Exemplos são estes muito dignos [...] como convém à [...] nação. (CONSERVAÇÃO DOS MONUMENTOS, 1840, p. 205).

Interessante também no excerto de texto anterior é notar a exortação ao governo português no sentido de seguir o exemplo estrangeiro. É uma opção comum d’*O Panorama* comparar o “cá dentro” com o “lá fora” para sugerir que se fizesse em Portugal o mesmo que se fazia nos países mais desenvolvidos.

No campo da economia e das políticas de desenvolvimento do país, *O Panorama* também exerceu *ação política*. Em outro texto do periódico, por exemplo, faz-se a apologia, em tom significativamente liberal, da contenção na cobrança dos impostos. O autor, Xavier d’Araújo, socorre-se, retoricamente, de vários exemplos para demonstrar a utilidade econômica da manutenção de impostos baixos (contra partidários de um aumento geral dos impostos sobre o consumo que são indiretamente mencionados no texto). A sua intervenção política por meio d’*O Panorama*, ainda que não partidária, é feita, subentende-se, em nome do interesse econômico nacional, mas a ela também está subjacente a atitude liberal de intervenção cívica individual no debate dos assuntos e negócios públicos:

Somente verificaremos um fato, e é que o aumento da renda pública não é consequência certa e infalível do aumento dos tributos, e que muitas vezes acontece diminuir-se os tributos sem que a renda pública seja diminuída. As opiniões erradas que têm vogado e vogam ainda a este respeito são manancial de resultados desastrosos [...]. Nós julgamos inútil tarefa a de mostrar que a excessiva elevação dos direitos tira ao povo o seu bem-estar e corrompe a moralidade pública, animando o contrabando, as declarações falsas e a fraude. [...] É [...] para nós [...] evidência que em mercadorias de uso e consumo geral a diminuição do valor dos direitos não diminui a receita do Estado, antes a aumenta [...]. E não só produzirá esse resultado, mas também terá o de introduzir essas mercadorias no uso de novas, e ainda mais numerosas, classes de consumidores. (D’ARAÚJO, 1839, p. 286-87).

Os valores liberais – e o seu subsequente apelo à contenção da intervenção do Estado em nome

das liberdades individuais e da livre iniciativa – que se encontram plasmados em todo *O Panorama* são particularmente visíveis em um irônico texto, possivelmente traduzido de um periódico inglês, no qual, indiretamente, critica-se o sistema fiscal e a sofreguidão tributária dos Estados:

Pagamos direitos por tudo quanto nos entra na boca, nos cobre o corpo ou temos debaixo dos pés. Direitos de quanto agrada à vista, ao ouvido, ao tato, ao olfato e ao paladar.

Direitos do que está na superfície da terra, dentro de água ou debaixo da terra.

Direitos de tudo o que nos vem de fora ou é produto do nosso país.

[...]

Finalmente, o inglês agonizante, tomando um remédio por que pagou 7%, numa colher por que pagou 15%, torna a deitar-se numa cama coberta com chita por que pagou 22%, faz o testamento cujo selo custa oito libras esterlinas e expira nos braços dum boticário a quem pagou cem libras para conferir-lhe o direito de o fazer morrer. (IMPOSTOS, 1838, p. 102-103).

Nas páginas d'*O Panorama*, as contribuições mais relevantes ao conhecimento econômico são, talvez, as de António de Oliveira Marreca, que assumiu a direção da publicação em 1843. São alguns os seus textos dedicados à situação da economia nacional e internacional – e que constituem, mais uma vez, uma forma insinuante de *fazer política* escudada em um pressuposto interesse nacional, transversal a todas as forças políticas. Lendo-se um deles, em que o autor exorta ao investimento em vias de comunicação, compreende-se, em acréscimo, quanto os problemas estruturais da economia portuguesa vêm de trás. É o caso, nomeadamente, da morosidade da Justiça, que emperra os negócios:

Nós pretendemos que à divisão da propriedade se acrescentem transportes fáceis, que a produção se fomenta no seu próprio embrião por capitais baratos, que os capitais embarquem pelo modo que o podem ser, que é a concentração e o movimento comercial ao mesmo tempo, dos grandes e dos pequenos, dos metálicos e dos que não o são, que o crédito se promova dando-se garantias aos que emprestam, e as garantias se consolidem codificando e regenerando onde convenha a nossa regeneração caótica, administrando justiça mais expedita e imparcial do que está sendo, tirando, assim, à

propriedade a incerteza que a deprecia, e que contribui tanto para a taxa exorbitante dos juros. Pretendemos que as forças sociais [...] se agreguem [...], se proporcione às invenções mecânicas uma área experimental nos estabelecimentos fabris [...] e se teça um laço de [...] comércio entre o campo e as vilas. Desejamos comércio externo [...]. Mas sem possuir [...] os meios de comunicação que aproximam [é] aquela economia *paupérrima* [...]. (OLIVEIRA MARRECA, 1843, p. 314).

O mesmo autor alinhava, em outro ponto do mesmo texto, a sua ideologia econômica liberal, que recusava tanto o protecionismo paternalista como o liberalismo selvagem e reservava ao Estado um papel na dinamização da economia – sobretudo por meio da construção de infraestruturas:

Os governos [...] paternais são hoje um disparate e um anacronismo que corresponde a povos infantis; e governos autômatos significam povos sem direção. A tutela absoluta funda-se na teoria de que os homens são rebanhos; a anarquia econômica no princípio de que são perfeitos. [...] O pautado dos regulamentos e o silencioso do sistema oposto são ambos [...] funestíssimos. Um esteriliza tudo. O outro não deixa organizar nada. A verdadeira economia política reina entre estas duas ideias absolutas que [...] se transformam em males sociais. (OLIVEIRA MARRECA, 1843, p. 315).

Oliveira Marreca insiste, por outro lado, na importância infraestrutural das vias de comunicação para o crescimento econômico e resolução das assimetrias regionais:

Sendo, na nossa situação [...], preferível vincular os capitais ao país [...], e sendo o estabelecimento das fábricas um expediente apostado em recolhê-los ao grêmio da nação, facilitá-lo é [...] da mais acertada economia pública. [...] Mas este *meio indireto* que tem por fim arredar da concorrência do mercado nacional [...] artefatos estrangeiros para que os do reino possam ter extração nele, e a extração possa contribuir para o progressivo desenvolvimento das fábricas portuguesas, é ineficaz e não produz resultados sólidos e duradouros se outros meios [...] *diretos* o não acompanham [...]. Outros instrumentos há, todavia, cuja formação excede as faculdades dos particulares e só cabe ou nas atribuições dos poderes públicos do Estado ou nos recursos de que dispõe a administração central, e um deles são as vias de comunicação, sem as quais é

impraticável progresso que valha e permaneça em qualquer ramo de indústria [e] na agricultura [...]. (OLIVEIRA MARRECA, 1843, p. 210).

Para Oliveira Marreca, de fato, a implementação, pelo Estado, de um sistema de vias de comunicação seria vital para assegurar a prosperidade do país – o mesmo Estado que, contudo, tinha esbanjado recursos que poderiam ter sido mais bem aproveitados. O autor tem em mente uma comparação de Portugal com o resto da Europa, constante notória no pensamento português:

É fato verdadeiramente singular na história das nações este da nossa, que tendo nós descoberto e dobrado o cabo da Boa Esperança, doando assim [...] aos povos de ambos os hemisférios uma estrada magnífica, muito mais fácil e barata do que a antiga, para o carreto dos seus produtos, desprezássemos as comunicações do nosso solo natal [...]. Bastava que das riquezas que granjearam no comércio das colônias consagrassem os nossos antepassados uma parcela centesimal às estradas e ao aperfeiçoamento dos nossos rios para que hoje fôssemos o que não somos por nos faltar este título de civilização – uma nação europeia. [...] E contudo nada há de mais fatal do que este desleixo à prosperidade do reino. As más estradas ou a falta delas podem dobrar e até quadruplicar o preço dos gêneros, sem que o produtor utilize esse excesso, que é prejudicial ao consumidor; o preço do trabalho, sem que o trabalhador utilize esse excesso, que é em dano do proprietário; e o preço do transporte, sem que ninguém utilize esse excesso, que é todo em detrimento do produtor e do consumidor juntamente. É uma perda geral para a sociedade. Esta perda é incalculável no Estado [...]. Sem melhoramento neste ramo, não podemos dar um passo em nenhum outro [...]. (OLIVEIRA MARRECA, 1843, p. 138).

Uma síntese do que Oliveira Marreca considera essencial para o desenvolvimento da economia nacional encontra-se neste pequeno excerto:

Havemos de produzir muito se quisermos [...] grande margem. Havemos de fabricar e sobretudo cultivar com perfeição e pouca despesa se quisermos acrescentar-lhe os ganhos. Havemos de multiplicar e baratear os nossos transportes marítimos [...]. Comunicações fáceis. Máquinas, muitas. Capitais girando. Instituições de crédito que os multipliquem. Juros que não sejam enormes. Fábricas bastantes. Roteações as mais; e no torrão

mais fecundo, melhor. Despesas públicas que não pequem por excessivas ou inúteis. Tributos que não embarguem o desenvolvimento das faculdades vitais do país. Navios bem construídos, bem manobrados, equipados com economia. (OLIVEIRA MARRECA, 1843, p. 294-95).

Interessa, pois, evidenciar, nos exemplos acima, como *O Panorama* se afastou da discussão política exaltada e essencialmente opinativa da imprensa dominante em Portugal na primeira metade do século XIX para enveredar pela análise e pela intervenção cívica de maneira contida e pela crítica ou pelo apelo transversal a toda a classe política. Os seus redatores desenvolveram, nas suas páginas, uma efetiva *ação política*, mas não partidária – antes exercida, intui-se, em nome dos interesses coletivos da nação. Assim, justifica-se a leitura de Tengarrinha (1989, p. 175) sobre o jornal: *O Panorama* teve efetiva intervenção política.

Considerações finais

Com os exemplos dados, é possível verificar que *O Panorama* se afastava decididamente da partidarite exacerbada dos pasquins vintistas, caso se pense nestes conforme a caracterização de Sodré (1999, p. p. 157) a que aqui se fez referência. Nesse sentido, *O Panorama*, enquanto primeiro jornal enciclopédico ilustrado português, consubstanciou uma nova atitude perante o jornalismo no Portugal da primeira metade do século XIX, acabado de sair, com o triunfo liberal, da guerra civil (1828-1834).

O Panorama contribuiu ainda, a exemplo de outros periódicos de divulgação de conhecimentos, para dar resposta à necessidade que o regime liberal manifestava de formar cidadãos cultos como modo de sustentação do modelo político e social que estava a ser proposto à população portuguesa, assente no princípio da *soberania da nação* e na adesão dos cidadãos, teoricamente capazes de participar no processo decisório, a uma nova ordem social e política, moldada por uma Constituição.

Pode também dizer-se que, embora apartidário, *O Panorama* não foi apolítico. Propagou, pelo contrário, a ideologia progressista e liberal dos seus redatores, que viam na democratização da educação e do acesso à cultura, no investimento em transportes e vias de comunicação e na industrialização a

panaceia para superação do atraso e da pobreza de Portugal em relação aos restantes países europeus. Consequentemente, o jornal interveio, civicamente, no espaço público, em nome – intui-se – dos portugueses, do *coletivo nacional*. Embora longe do modelo de jornalismo político do vintismo, era um jornal que não se coibia de procurar influenciar a governação. Jornais como *O Panorama* permitiam, assim, a alguns cidadãos uma intervenção cívica que alargava o espaço público ao exterior das câmaras do Parlamento e propiciavam vozes até às franjas da população que não tinham representação parlamentar.

Em termos jornalísticos, *O Panorama*, primeiro exemplo de um periodismo (ilustrado) consequente de popularização da cultura em Portugal, facultou o processo de *ampliação histórica do leque de temas noticiáveis*, pois foram muitos e variados os assuntos que abordou (muito longe do que era e continuou a ser apanágio dos jornais políticos). Foi, similarmemente, um agente relevante para a *abertura do jornalismo português a novos conteúdos, gêneros e estilos* (o que conseguiu, por exemplo, com as matérias de cariz analítico que publicou).

Referências

- CONSERVAÇÃO DOS MONUMENTOS nacionais. **O Panorama**, Lisboa, v. 4, n. 165, 1840, p. 205.
- D'ARAÚJO, Xavier. Produto comparado dos direitos grandes sobre os pequenos. **O Panorama**, Lisboa, v. 3, n. 123. p. 286-87.
- HERCULANO, Alexandre. A arquitetura gótica. **O Panorama**, Lisboa, v. 1, n. 1, 1837c, p. 2.
- _____. A educação e o Estado. **O Panorama**, Lisboa, v. 3, n. 96, 1839, p. 67.
- _____. Aos assinantes. **O Panorama**, Lisboa, v. 2, n. 36, 1838a, p. 1-2.
- _____. Da educação e instrução das classes laboriosas. **O Panorama**, Lisboa, v. 2, n. 75, 1838b, p. 316.
- _____. Introdução. **O Panorama**, Lisboa, v. 1, n. 1, 1837a, p. 1-2.
- _____. O Minho romântico. **O Panorama**, Lisboa, v. 1, n. 27, 1837b, p. 212.
- _____. Os monumentos. **O Panorama**, Lisboa, v. 2, n. 69 e 70, 1838c, p. 266-68 e 275-77.
- IMPOSTOS que paga um inglês. **O Panorama**, Lisboa, v. 2, n. 48, 1838, p. 102-03.
- OLIVEIRA MARRECA, António de. Economia política. **O Panorama**, Lisboa, 2. série, v. 2, n. 71, 80 e 93, 1843, p. 210, 294-95 e 314-15.
- RAMOS, Rui; VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.
- _____. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.